

ARTIGO

A LEGITIMIDADE SOCIAL DO JORNALISMO NO BRASIL:

elementos teóricos para uma análise orientada pelos Estudos do Jornalismo¹



MARCIONIZE ELIS BAVARESCO

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC – Brasil

ORCID: 0000-0002-2629-4604

DOI: 10.25200/BJR.v21n2.2025.1693

Recebido em: 17/10/2024

Desk Review em: 17/01/2024

Editor de Desk Review: Lia Seixas

Revisado em: 26/03/2025

Revisado em: 21/05/2025

Aprovado em: 22/05/2025

Como citar este artigo: Bavaresco, M.E. (2025). THE SOCIAL LEGITIMACY OF JOURNALISM IN BRAZIL: theoretical elements for an analysis guided by Journalism Studies. *Brazilian Journalism Research*, 21(2), e1693. DOI: 10.25200/BJR.v21n2.2025.1693

RESUMO – Este artigo apresenta considerações teóricas que objetivam colaborar para a explicação do questionamento público da legitimidade social do jornalismo na atualidade. A metodologia se alicerça na Sociologia Compreensiva de Weber, especialmente a partir dos conceitos de tipo ideal, de ação social e de legitimidade. É delineada uma noção de legitimidade social do jornalismo de três níveis e, a partir disso, são mapeados indícios teóricos e empíricos que apontam que o processo de legitimação do jornalismo se baseia na pretensão de validade de sua relação com a democracia. Nesse contexto, discutem-se as implicações da mobilização de diferentes leituras do jornalismo e da democracia. Analisa-se o jornalismo enquanto discurso, prática profissional, instituição social e forma de conhecimento. As variações do conceito de democracia dialogam com os modelos minimalista, pluralista, deliberativo e radical. Os resultados demonstram que as variações conceituais implicam atribuições diferentes à mídia noticiosa em modelos democráticos diversos.

Palavras-chave: Jornalismo. Legitimidade. Democracia. Teoria do Jornalismo. Teoria democrática.

THE SOCIAL LEGITIMACY OF JOURNALISM IN BRAZIL: theoretical elements for an analysis guided by Journalism Studies

ABSTRACT – This article proposes theoretical considerations aiming to help explain the current public questioning of journalism's social legitimacy. The methodology is based on Weber's Comprehensive Theory, especially the ideal type, social action, and legitimacy concepts. A three-level notion of journalism's social legitimacy is outlined. From this, theoretical and empirical evidence are mapped, indicating that the legitimizing journalism process is based on the validity claim of its relationship with democracy. In this context, the implications of mobilizing different readings of journalism and democracy are discussed. Journalism is analyzed as a discourse, a professional practice, a social institution, and a form of knowledge. The variations of the concept of democracy dialogue with the minimalist, pluralist, deliberative, and radical models. The results demonstrate that conceptual variations imply different attributions to the news media in different democratic models.

Key words: Journalism. Legitimacy. Democracy. Journalism theory. Democratic theory.

LA LEGITIMIDAD SOCIAL DEL PERIODISMO EN BRASIL: elementos teóricos para un análisis orientado por los Estudios de Periodismo

RESUMEN – Este artículo propone elementos teóricos para ayudar a explicar el cuestionamiento público de la legitimidad social del periodismo en la actualidad. La metodología se fundamenta en la Sociología Comprensiva de Weber, basándose especialmente en los conceptos de tipo ideal, acción social y legitimidad. Se esboza una noción de legitimidad social del periodismo en tres niveles y, a partir de ella, se mapean evidencias teóricas y empíricas que indican que el proceso de legitimación del periodismo se basa en la reivindicación de validez de su relación con la democracia. En este contexto, se discuten las implicaciones de movilizar diferentes lecturas de periodismo y democracia. Se analiza el periodismo como discurso, práctica profesional, institución social y forma de conocimiento. Variaciones del concepto de democracia dialogan con los modelos minimalista, pluralista, deliberativo y radical. Los resultados demuestran que las variaciones conceptuales implican diferentes atribuciones a los medios informativos en los distintos modelos democráticos.

Palabras clave: Periodismo. Legitimidad. Democracia. Teoría del periodismo. Teoría democrática.

1 Introdução

Embora o debate em torno das atribuições do jornalismo nas democracias contemporâneas tenha ganhado espaço no Brasil nos últimos anos, o fenômeno não é local e nem pode ser explicado apenas a partir do argumento de que a democracia brasileira é recente e, portanto, imatura ou incompleta. Mesmo em países com longa tradição democrática, como Inglaterra, França e Estados Unidos, o jornalismo passa por um momento de contestação por distintos grupos da sociedade enquanto instituição capaz de colaborar com a democracia. Por outro lado, existem aqueles que defendem o jornalismo, que

enxergam nele importância e relevância. A legitimidade do jornalismo está, portanto, em disputa, a qual tem lugar em diferentes esferas sociais, como a jurídica e a política. Aqui interessa aquela midiaticizada, que se desenrola em um espaço de visibilidade pública.

As críticas a determinadas coberturas partem de sujeitos e organizações posicionadas em diferentes pontos do espectro político a partir de variações do argumento de que o jornalismo não está cumprindo suas atribuições. Em alguns casos, essas críticas são direcionadas a veículos de comunicação e/ou profissionais específicos, em outros, foram generalizadas e abarcaram o jornalismo ou, mais comumente, a mídia em sua totalidade.

Em conjunto com os dados que revelam um decréscimo da confiança nas notícias (Hanitzsch et al., 2018; Mick, 2019, p. 245; Newman et al., 2023; Newman et al., 2015) e com aqueles que apontam para o aumento da violência contra os jornalistas brasileiros, inclusive com novas modalidades, como a “descrédibilização da imprensa” (Federação Nacional dos Jornalistas, 2020), essas discussões sinalizam um momento de crise do jornalismo, a qual transcende o modelo de negócio e as mudanças estruturais na forma de produção, distribuição e consumo de conteúdo jornalístico. A crise também é de legitimidade (Christofoletti, 2019; Gurleyen & Hackett, 2016; Nadler & Vavrus, 2015) e não atinge apenas o jornalismo. Nas palavras de Carlson et al. (2020, p. 3, tradução nossa), vivemos “em uma época de sentimento anti-intelectual, anticiência e antijornalismo em todo o mundo”.

Quando grupos estão dispostos a impedir que jornalistas produzam reportagens sobre determinados fatos, como ocorreu no Brasil nas manifestações de rua conhecidas como Jornadas de Junho e na cobertura da pandemia de covid-19, por exemplo, evidentemente há uma disfunção na, tantas vezes reiterada, relação entre o jornalismo e a democracia. No entendimento aqui defendido, para que o jornalismo possa se reinventar como um ator político que promova o compromisso cívico com a construção coletiva da experiência democrática, é necessário desnaturalizar essa relação e qualificar a análise.

2 Recorte teórico-metodológico

A pesquisa da qual deriva este artigo se posiciona no campo dos Estudos do Jornalismo e tem orientação metodológica da Sociologia Compreensiva de Max Weber. A compreensão, no

sentido weberiano, é um processo de identificação das conexões de sentido, o que só é possível em relação a ações sociais racionalmente orientadas. As principais ferramentas de análise são as tipologias ideias, a contextualização histórica e a comparação.

O pressuposto que determina as escolhas teóricas e metodológicas é de que o jornalismo é um fenômeno específico, mas que possui uma dimensão comunicacional e, mais amplamente, sociológica. Tendo isso em vista, uma concepção de legitimidade social do jornalismo deve abarcar esses diferentes níveis.

a) Nível sociológico:

Parte-se de uma noção de legitimidade clássica: a ideia de que toda dominação ou autoridade só se estabiliza, em longo prazo, a partir da crença na sua legitimidade (Weber, 1991, p. 139). Aqui, essa lógica é deslocada das discussões sobre o exercício do poder político, que era o foco de Weber, para o jornalismo. Dessa forma, ao aceitar que o jornalismo seja detentor, em algum grau, de autoridade para representar discursivamente a realidade social, pressupõe-se que seu exercício demande uma base de legitimidade.

Para Weber (1991, p. 16), a legitimidade está no âmbito da relação social, a qual depende de algum grau de reciprocidade. Ou seja, ela só pode ser pretendida por quem exerce a autoridade. O seu reconhecimento cabe aos sujeitos para os quais a reivindicação de legitimidade se dirige.

Além disso, a concepção weberiana conecta as ações individuais e as associações ou instituições nas quais elas se realizam. A ação é inerente ao indivíduo, mas a burocratização e a consequente institucionalização atuam na coordenação dessas ações individuais que, a partir da repetição, passam a se caracterizar como ações típicas daquela associação.

No caso do jornalismo, os indivíduos que se enfeixam a partir da institucionalização praticam a ação de fazer jornalismo que, na interpretação de Fonseca (2016) – a partir da tipologia das ações sociais de Weber (1991, p. 15) –, possui a particularidade de se orientar racionalmente tanto por fins (obtenção de lucro, prestígio, manutenção da própria instituição etc.) como por valores (princípios éticos e morais).

b) Nível comunicacional:

A segunda camada de sentido relacionada à legitimidade jornalística tem a ver com a particularidade de se tratar de um fenômeno de caráter comunicacional. A partir das tipologias das ações sociais de Weber, Habermas propõe que há uma típica do processo

comunicacional: a ação comunicativa (Habermas, 2004, 2012a, 2012b). Ele a define como uma ação orientada para o consenso por meio da linguagem e, portanto, estabelecida pela interação, “por meio de atos de entendimento” (Habermas, 2012a, p. 496).

O conceito conecta a ação social à linguagem (Habermas, 2012a, p. 182). “O conceito de agir comunicativo pressupõe a linguagem como *medium* de uma espécie de processos de entendimento ao longo dos quais os participantes, quando se referem a um mundo, manifestem de parte a parte pretensões de validade que podem ser aceitas ou contestadas” (Habermas, 2012a, p. 191, grifo do autor). Para ele, “as pretensões variam de acordo com os contextos de ação” (Habermas, 2012a, p. 72).

Ao tomar a legitimidade como uma pretensão de jornalistas e veículos de comunicação, é plausível, pela transposição da noção habermasiana, que esses a reivindiquem por meio de argumentos direcionados aos seus públicos.

c) Nível jornalístico:

Nesse nível o objetivo é focalizar o contexto de ação em que a pretensão de legitimidade jornalística é exposta. Adere-se às perspectivas que apontam que os argumentos são apresentados discursivamente nos próprios conteúdos jornalísticos (Lischka, 2019) e nos discursos metajornalísticos (Carlson, 2016, 2017; Carlson et al., 2020). Estes últimos são o meio pelo qual “vários atores dentro e fora do jornalismo competem para construir, reiterar e até desafiar os limites das práticas jornalísticas aceitáveis” (Carlson, 2016, p. 349, tradução nossa).

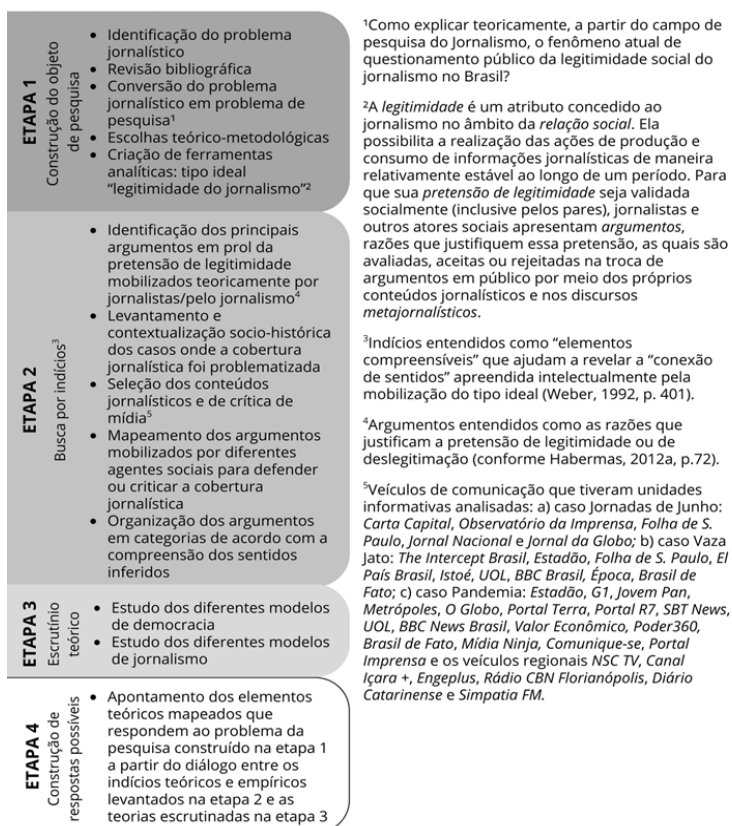
Em síntese, a partir das contribuições descritas, a legitimidade é um atributo concedido ao jornalismo no âmbito da relação social. Ela possibilita a realização das ações de produção e consumo de informações jornalísticas de maneira relativamente estável ao longo de um período. Para que sua pretensão de legitimidade seja validada socialmente (inclusive pelos pares), jornalistas e outros atores sociais apresentam argumentos, razões que justifiquem essa pretensão, as quais são avaliadas, aceitas ou rejeitadas na troca de argumentos em público por meio dos próprios conteúdos jornalísticos e nos discursos metajornalísticos.

A partir desse entendimento do tipo ideal “legitimidade do jornalismo”, foram mapeados indícios teóricos e empíricos que revelam os principais argumentos, mobilizados no debate público e acadêmico, para validar ou invalidar a pretensão de legitimidade do jornalismo no contexto brasileiro atual. A escolha dos acontecimentos

públicos analisados respeitou o critério de terem transcorrido na última década, provocando uma discussão pública sobre a atuação do jornalismo passível de ser isolada e analisada e que não se vinculasse, diretamente, a disputas eleitorais, potencialmente mais contaminadas pelas posturas partidárias dos agentes envolvidos no debate.

A captação dos conteúdos onde os argumentos de legitimação e deslegitimação foram mapeados respeitou um recorte temático. Por meio de ferramentas de busca de notícias e arquivos digitais de acesso livre, selecionaram-se os materiais encontrados onde os procedimentos jornalísticos foram discutidos. Para cada caso, convencionou-se que a busca abrangeria cerca de um mês a partir do ápice da discussão pública. Com isso, a amostra abrangeu uma gama heterogênea de peças noticiosas e de crítica de mídia.

Tendo em vista a necessidade de síntese, são apresentadas, na figura 1, as etapas, alguns conceitos e detalhes sobre a amostra dos materiais jornalísticos e metajornalísticos mobilizados na pesquisa:



3 Análise: indícios teóricos

Os estudos que abordam a legitimidade do jornalismo no Brasil, como objeto de estudo ou como categoria relevante de análise, mostram que apesar das relações ambíguas com a democracia e os governos, que historicamente marcaram o jornalismo brasileiro – especialmente aquele dos grandes conglomerados de mídia –, foram construídos argumentos de legitimidade reconhecidos, ao menos, por parte do seu público.

Dias (2019, p. 473) afirma que os grandes veículos de comunicação brasileiros, como os jornais Folha de S.Paulo e O Globo, alcançam ou pretendem assumir “em seus discursos um suposto estatuto de autoridade ante a cena política” pela forma como historicamente se apropriam das práticas jornalísticas. Eles teriam alcançado legitimidade ao se apresentarem como expoentes do “‘bom’ jornalismo praticado no país” (Dias, 2019, p. 475).

O autor historiciza os argumentos apresentados nessa construção e demonstra que a defesa da “legalidade democrática” foi mobilizada pelos jornais para justificar diferentes posturas políticas: o apoio ao golpe civil-militar de 1964; os movimentos de afastamento do regime; e a postura de atores políticos engajados no período de reabertura democrática.

Isso se conecta com os “atravessamentos da economia e da política no campo jornalístico”, que são abordados por Pontes e Pismel (2018). Os princípios de legitimação concorrentes (intelectual e da economia política) identificados por Champagne (2005, p. 58) são centrais na discussão. A defesa da democracia estaria vinculada ao primeiro deles.

Para os autores, um jornalismo sério teria sua legitimidade “realmente sustentada pelo princípio intelectual e pelo rigor jornalístico” (Pontes & Pismel, 2018, p. 381). Ao se referir ao jornalismo hegemônico brasileiro, eles pontuam que “em momentos de crise política e de necessidades econômicas agudas, o conglomerado midiático brasileiro coloca em risco sua legitimidade jornalística” por renunciar aos princípios intelectuais do jornalismo em prol de um projeto econômico e ético-político determinado (Pontes & Pismel, 2018, p. 377).

Essa percepção dialoga com a pesquisa desenvolvida por Guerreiro Neto (2013). Ele analisou editoriais que de algum modo trataram sobre jornalismo, publicados nos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de

S.Paulo. Entre os traços mais gerais sobre os discursos de legitimação do jornalismo, Guerreiro Neto (2013, p. 101) mapeou duas correntes: uma que buscava deslegitimar o 'outro' – entendido como os agentes que, na interpretação dos jornais, criticaram ou atacaram o jornalismo, especialmente políticos – para legitimar a si; e a legitimação por exaltação e reforço dos papéis que o jornalismo desempenha na sociedade.

Essas correntes estão diretamente relacionadas com outro resultado da pesquisa: o mapeamento de unidades de significação (semas). Guerreiro Neto (2013, p. 145) identificou os principais semas reivindicados pelo discurso de autolegitimação do jornalismo: democracia, liberdade, sociedade civil, interesse público, fiscalização. Por outro lado, os seus opostos são rejeitados: autoritarismo, controle, estado, interesse político, louvação.

Os indícios encontrados pelo pesquisador apontam que os discursos de legitimação são acionados, principalmente, “diante de choques externos, sendo o embate com o campo político o mais frequente, e reivindica a democracia, a liberdade de imprensa, a defesa da sociedade, o interesse público e a fiscalização dos poderes como bases da busca pela reiteração da legitimidade social do jornalismo” (Guerreiro Neto, 2013, p. 11).

Os estudos mencionados demonstram que, ao menos no que diz respeito aos grandes veículos jornalísticos empresariais do país, a defesa da democracia é um argumento constantemente mobilizado para justificar suas escolhas editoriais e práticas profissionais, mesmo que essa atuação seja oposta em diferentes momentos históricos. A defesa nem sempre é direta (a palavra democracia não necessariamente está presente) mencionam-se também valores e práticas vinculados à democracia. Outra questão evidenciada é que a motivação das ações, especialmente as enfeixadas institucionalmente, nem sempre se move por valores ou fins estritamente vinculados à racionalidade jornalística (em termos de tipo ideal), mas também é atravessada por interesses políticos e econômicos de outras esferas sociais.

3.1 Análise: indícios empíricos

Em linha com o que pondera (Guerreiro Neto, 2013, p. 11), os indícios empíricos aqui mapeados foram selecionados a partir de casos que se desenrolaram a partir de “choques externos”. Foram selecionados três acontecimentos públicos em que os debates

acerca da legitimidade do jornalismo ganharam vulto tanto no campo político, no jornalístico, nas redes sociais digitais e na própria academia: a cobertura dos protestos de rua ocorridos no Brasil em 2013, conhecidos como Jornadas de Junho; a divulgação de conversas vazadas entre integrantes do Ministério Público Federal e o ex-juiz federal Sérgio Moro pelo site The Intercept, episódio conhecido como Vaza Jato, em 2019; e as agressões sofridas por jornalistas durante a cobertura do primeiro pico de casos e mortes provocados pela pandemia de covid-19 no Brasil, em 2020.

A partir da análise dos argumentos mobilizados por diferentes atores sociais em 70 peças jornalísticas e de crítica de mídia (artigos de opinião, notas, notícias e reportagens em texto, áudio e vídeo), chegou-se a 55 agrupamentos de argumentos de crítica e de defesa da atuação do jornalismo. Posteriormente, observou-se que esses grupos poderiam ser reunidos em dois eixos: a) aquele com argumentos de avaliação dos procedimentos de apuração e divulgação dos conteúdos jornalísticos e b) aquele com argumentos relacionados à adesão a determinados princípios éticos, morais e legais.

O primeiro desses eixos se refere a questões que são objetivadas no produto jornalístico. Por exemplo: a equidade se materializa nas abordagens e nos espaços similares concedidos aos atores envolvidos na notícia. Já as questões éticas, morais e legais são aquelas que nem sempre estão objetivadas no conteúdo, mas que se pode inferir a partir da adoção, por parte dos jornalistas, de determinados procedimentos. Por exemplo, equilibrar as abordagens e os espaços concedidos aos diferentes envolvidos em uma notícia se relaciona a princípios morais, éticos e legais como o direito de todo cidadão de informar e ser informado, a presunção de inocência, o direito à defesa.

Portanto, a “conexão de sentidos” (Weber, 1992) do jornalismo com a democracia não se manifesta apenas diretamente, por meio de “argumentos de pretensão de legitimidade” (Habermas, 2012a) que atribuem ao jornalismo a defesa da democracia, da cidadania e do Estado Democrático de Direito, embora isso tenha sido observado pontualmente. Quando, por exemplo, os argumentos mobilizados apontam como atribuição do jornalismo a divulgação daquilo que é importante e relevante, o parâmetro para se definir o que é relevante e importante é a democracia. Da mesma forma, ao se cobrar do jornalismo equilíbrio e equidade, o pressuposto é que todos devem ter o direito de ter seus argumentos expostos no debate público de

maneira justa, o que só é realmente possível nas democracias. Ou seja, os próprios jornalistas e críticos especializados vinculam suas práticas e princípios à democracia.

Ao mapear os argumentos mobilizados por jornalistas, críticos de mídia, pesquisadores e fontes que tiveram voz nos conteúdos percebeu-se que, em relação às mesmas coberturas, há avaliações opostas sobre a relação do jornalismo com a democracia. Essa aparente incoerência nos sentidos das ações de jornalistas ou do jornalismo, na perspectiva weberiana, aponta que as ações divergentes não são racionalmente motivadas ou que os sentidos das ações têm diferentes motivações. Como já estabelecido que a ação jornalística, de maneira geral, é racionalmente motivada por fins e por valores (Fonseca, 2016), cabe investigar a última dessas hipóteses, para o que é fundamental definir de que jornalismo e de que democracia se está falando.

4 Discussão: jornalismo

Para este estudo, foram selecionadas cinco leituras influentes nos Estudos do Jornalismo no Brasil (tipologias ideais): o jornalismo como discurso, a partir da perspectiva francesa (Benetti, 2008; Charaudeau, 2013) e da perspectiva crítica (Fairclough, 1995, 2001a, 2001b; Van Dijk, 1990); o jornalismo como prática profissional (Davis, 2010; Schudson, 2010; Witschge & Harbers, 2018); o jornalismo como instituição social (Guerreiro Neto, 2013, 2015; Lowrey, 2018) e o jornalismo como forma de conhecimento (Genro Filho, 2012; Meditsch, 1992, 1998; Pontes, 2015).

A partir da análise dos trabalhos dos autores mapeados, chegou-se a uma gama de características comuns a todas as leituras e a uma série de particularidades de cada uma das abordagens teóricas. Em outras palavras, os dados apontam para uma concepção mínima do que é jornalismo, o que se poderia chamar de uma definição genérica. Entre os elementos comuns às leituras de jornalismo estudadas estão algumas atribuições (quadro 1). A primeira delas é que o jornalismo deve tratar da realidade, dos fatos. Cada leitura vincula o jornalismo a seu próprio conceito de fato/realidade, mas todas apresentam essa questão como fundamental.

Uma segunda atribuição em comum é que o jornalismo faz uma certa regulação do poder. Seja por meio da vigilância, da

contestação ou adesão a práticas hegemônicas, do escrutínio de abusos e monitoramento, ou da possibilidade de dar visibilidade a cosmovisões que desafiavam os poderes hegemônicos. Nesse sentido, o jornalismo teria como atribuição colaborar para um certo equilíbrio da distribuição do poder na sociedade, especialmente o político.

Por último, todas as perspectivas teóricas analisadas estabelecem que o jornalismo deve divulgar informações úteis para o exercício da cidadania, não qualquer informação, mas as recentes, especialmente de cunho social e político, abrangentes, confiáveis e que permitam ao público se orientar em um mundo cada vez mais complexo e interdependente.

Quadro 1

Atribuições comuns às diferentes leituras do jornalismo

Conexão de sentido com...	Leituras do jornalismo				
	Jornalismo como Discurso		Prática profissional	Instituição social	Forma de conhecimento
	Vertente francesa	Vertente crítica			
Realidade	Descrever de maneira verossímil (realidade discursiva)	Representar o mundo, a realidade	Produzir um relato baseado em fatos (facticidade)	Procurar a verdade e relatá-la; definir a realidade	Produzir conhecimento sobre a realidade
Regulação do poder	Vigiar o exercício do poder	Posicionar-se diante de práticas e relações hegemônicas	Ser um contrapeso ao poder; escrutinar abusos; monitorar as ações de governos e mercados	Funcionar como um quarto poder	Dar visibilidade para cosmovisões não dominantes
Informação útil	Fazer saber (lógica cívica de informar o cidadão)	Entreter e manter as pessoas política e socialmente informadas	Fornecer um relato abrangente de eventos e questões recentes	Coletar, produzir e divulgar informações confiáveis com rapidez	Orientar as pessoas e as organizações em um mundo complexo e em constante mudança

Portanto, a análise realizada aponta que se levarmos em consideração um conceito mais genérico de jornalismo, que proporcione apenas a identificação do que se constitui como tal e o que não pode ser enquadrado nessa categoria, esse conceito “guarda-chuva” deveria incluir, ao menos, essas três atribuições: tratar da realidade, participar da regulação do poder e informar questões úteis para os cidadãos.

Também foi possível mapear as características que diferenciam as abordagens teóricas. Elas foram identificadas a partir da avaliação de sua presença específica em uma das leituras do jornalismo e no grau de ênfase dada pelos autores a esse aspecto.

Na leitura do jornalismo como discurso a partir da vertente francesa, a atribuição que marca a sua diferença das demais é a de “autenticar os fatos” (Charaudeau, 2013, p. 88), ou seja, fazer crer na coincidência entre o que é dito e os fatos descritos. Essa atribuição remete diretamente ao conceito de realidade dessa abordagem: realidade discursiva, portanto, intersubjetiva.

Na leitura do jornalismo como discurso pela vertente crítica, a atribuição que marca a abordagem é fornecer uma projeção geral de modelos sociais, políticos, culturais e econômicos. Ela remete às questões cognitivas envolvidas no processo de interpretação das informações, típica dessa abordagem.

Na leitura do jornalismo como prática profissional, a atribuição característica é a de decidir quais as informações importantes e que seus públicos devem saber. Embora o jornalismo, de maneira geral, faça essa seleção, na perspectiva da prática profissional esse aspecto é central, pois justifica a profissão a partir do conhecimento acumulado enquanto grupo.

No jornalismo entendido como instituição social, a marca característica é funcionar como um quarto poder. Por si só, essa atribuição equipara o jornalismo com outras instituições sociais, como o parlamento, o governo e o judiciário. Apenas em se constituindo, também, como uma instituição é que essa comparação faz sentido.

Na perspectiva do jornalismo como forma de conhecimento, a atribuição que lhe particulariza é produzir conhecimento sobre a realidade. Essa característica pressupõe uma complexidade elevada ao trabalho jornalístico, possível de ser atendida apenas a partir de uma prática orientada por um método (do singular, ao particular e universal).

As variáveis mencionadas até aqui delimitam espaços de atuação política ou, em outras palavras, conexões de sentidos específicas entre os modelos de jornalismo forjados pelas abordagens teóricas e a democracia. Tendo em vista que essa conexão embasa sua pretensão de legitimidade, as definições de jornalismo, que podem ou não ser apropriadas pelo senso comum, marcam um espaço de legitimação.

Quadro 2

Comparação entre as leituras de jornalismo e os aspectos mapeados que implicam na relação com a democracia

Jornalismo como discurso		Jornalismo como prática profissional	Jornalismo como instituição social	Jornalismo como conhecimento
Vertente francesa	Vertente crítica			
Os jornalistas possuem um grau de autonomia delimitado por uma estrutura social que os determina (Benetti, 2008); Os interesses institucionais são limitadores do cumprimento das finalidades de relevância social (Benetti, 2008); A realidade é compreendida em termos discursivos (intersubjetivos) (Orlandi, 2015); O sentido de realidade (Benetti, 2010) e, portanto, de democracia, está vinculado à ideologia; O texto objetivo é apenas uma intenção do jornalista (Benetti, 2010); O contrato de comunicação que legitima socialmente o jornalismo se baseia em representações idealizadas (Charaudeau, 2013).	O jornalismo é uma forma particular de prática social, institucional (Van Dijk, 1990), cujo produto opera como mercado-ria cultural (Fairclough, 1995); Por um lado, o jornalismo contribui para a reprodução e o controle social, por outro, para mudanças de valores e identidades culturais (Fairclough, 1995); O discurso jornalístico é formado socialmente e, também, forma o social, constitui identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença (Fairclough, 2001b); O jornalismo é parcialmente autônomo em sua forma de reprodução cultural e em parte dependente e controlado por estruturas e ideologias mais amplas (Van Dijk, 1990). As representações dos fatos no discurso jornalístico funcionam ideologicamente na medida em que contribuem para reproduzir relações sociais de dominação e exploração. Mas, também podem ser o <i>locus</i> da contestação das práticas e relações hegemônicas. Os processos do jornalismo são complexos e muitas vezes contraditórios. (Fairclough, 1995).	A ética profissional é extremamente importante para a manutenção da legitimidade do jornalismo e isso passa por sua vinculação com valores centrais da sociedade, como a democracia (Tong, 2018); As implicações do profissionalismo e da relativa autonomia gerada por ele para a democracia são ambíguas: por um lado, o jornalismo profissional se isola melhor dos cidadãos do que dos poderosos interesses de mercado ou fontes políticas. Por outro, o profissionalismo é necessário para contrabalançar os esforços permanentes de atores poderosos para impor lógicas mercadológicas e partidárias estreitas às notícias (Waisbord, 2013).	O jornalismo entendido como instituição pressupõe uma tensão constante entre agência e estrutura, autonomia e restrição (Lowrey, 2018); Como instituição, o jornalismo se caracteriza por certa estabilidade de padrões e valores, os quais são reproduzidos de maneira quase automática (Guerreiro Neto, 2013); A instituição jornalística se orienta tanto por fins como por valores (Fonseca, 2016); Precisa atender determinadas expectativas sociais para garantir sua legitimidade. O jornalismo cumpre funções essenciais para a democracia, como a de informar os cidadãos sobre questões públicas (Lischka, 2019); A divulgação de notícias é um ritual por meio do qual uma sociedade reafirma e reposiciona crenças e normas compartilhadas. A presença do jornalismo em nível institucional reforça a fé coletiva de uma sociedade em suas instituições (Lowrey, 2018).	O jornalismo deve contribuir para a formação de opiniões públicas esclarecidas. Ele colabora com a transformação social e com a democracia a partir do conhecimento produzido. A prática/método de produção do conhecimento jornalístico tem potencial para contrapor cosmovisões hegemônicas (Genro Filho, 2012).

Como é possível observar, as diferentes leituras de jornalismo supõem relações bastante diferentes com a democracia. Um aspecto que merece destaque é a questão da autonomia do jornalista, que varia bastante entre as perspectivas teóricas. Por exemplo, no jornalismo entendido como discurso pela vertente francesa a autonomia é limitada pela estrutura social. Os jornalistas, como sujeitos do discurso, são determinados historicamente, portanto, pelo lugar e pelo tempo em que atuam e pelas estruturas às quais se vinculam. Basicamente, trata-se de um sujeito ideológico, assujeitado pela ideologia e que é capaz de orientar a interpretação em um sentido, mas não há garantia de que haverá convergência, já que o sentido é criado entre os sujeitos do discurso, intersubjetivamente.

Trata-se de uma abordagem de fundo descritivo e que, de certa forma, aponta para as limitações das potencialidades do jornalismo nas democracias. Embora a partir da ideia de contrato social sejam acopladas ao conceito de discurso princípios éticos e morais que vinculam a sua missão ao interesse público e à cidadania, não fica muito claro como o jornalista atua para cumprir essa missão para além da garantia da polifonia.

Na perspectiva do jornalismo como discurso pela vertente crítica há uma normatividade bastante presente que pressupõem um engajamento dos jornalistas contra a desigualdade e a injustiça. No entanto, embora se estimule que os profissionais aproveitem brechas na estrutura de produção dos conteúdos para colaborar com esses objetivos, a autonomia do jornalista é tida como relativa. São enfatizadas as restrições de cunho institucional e cognitivo. Com isso, a repercussão na democracia é ambígua. O jornalismo pode tanto contribuir para a reprodução de relações sociais de dominação e exploração como contestá-las. Ele pode ser, ao mesmo tempo, uma mercadoria e um agente de transformação social.

No jornalismo entendido como prática profissional, a autonomia também é relativa. Enquanto o fechamento do campo profissional proporciona uma maior autonomia em relação a agentes externos, acaba por ser um limitador das práticas tidas como aceitáveis pelo grupo profissional. Além disso, a maior parte dos jornalistas produz conteúdos informativos dentro de empresas privadas ou para empresas privadas (caso dos freelancers) e o profissionalismo é menos eficaz na garantia de autonomia em relação aos interesses dessas organizações.

Para a democracia, o jornalismo como prática profissional pode ser visto como algo positivo ou negativo, a depender do recorte

escolhido. Por um lado, a profissionalização padroniza o trabalho e garante, ao menos em tese, uma qualidade mais elevada, por outro, pode isolar os grupos profissionais das pessoas comuns e da complexidade dos contextos sociais mais amplos.

A leitura do jornalismo como instituição tem uma consequência semelhante sobre a autonomia dos jornalistas. Nesse caso, o jornalismo adquire as características típicas dessas estruturas materiais e simbólicas, como a estabilidade de padrões de conduta e valores, a resiliência a turbulências socioculturais que o ameacem e uma barreira que, de certa forma, protege os jornalistas das tentativas de influência advindas de governos ou organizações do mercado externas à instituição. Por outro lado, instituições exercem, por natureza, um certo grau de controle sobre as ações dos indivíduos que a constituem e isso pode ser uma ameaça à autonomia dos jornalistas.

Disso resulta que a relação do jornalismo entendido como instituição com a democracia é paradoxal. Ao mesmo tempo em que colabora para a estabilidade social, também se movimenta por interesses institucionais próprios. Além disso, por essa perspectiva, o jornalismo tende a ser bastante inflexível em relação a mudanças na própria democracia.

Por último, o jornalismo entendido como forma de conhecimento também vê a autonomia dos jornalistas como relativa, embora considere que há brechas que podem ser aproveitadas pelos profissionais para a produção de conhecimento. Nesse caso, também há uma normatividade bastante presente, que atribui ao jornalismo a colaboração para a transformação social por meio da produção de peças informativas mais críticas e complexas.

Há um pressuposto, nessa abordagem, que diz respeito à crença de que as sociedades e as democracias tendem a se tornar mais justas, inclusivas e solidárias se o conhecimento for socializado. No entanto, a dissolução das utopias modernas diante dos conflitos e das crises do século XX e diante da negação da racionalidade e da cientificidade neste início de século XXI colocam esse pressuposto em xeque. Em tese, o jornalismo como forma de conhecimento é um avanço na direção de uma democracia inclusiva e emancipadora, mas é preciso compreender melhor que tipo de conhecimento é capaz de mobilizar a sociedade nessa direção.

Por último, cabe salientar que, ao mesmo tempo em que o jornalismo delimita seu espaço de atuação na democracia e constrói

argumentos de legitimação social de suas práticas e valores, as concepções de democracia também tentam enquadrá-lo, a partir de suas demandas.

4.2 Discussão: democracias

Em relação à democracia, procurou-se integrar à pesquisa abordagens relevantes e que, ao mesmo tempo, garantissem uma pluralidade de concepções sociais. Definiu-se, então, pela delimitação de quatro perspectivas teóricas a partir de obras específicas de autores que são referência nas abordagens: (a) democracia minimalista, principalmente pelas ideias esboçadas por Schumpeter na obra *Capitalismo, socialismo e democracia* (2017); (b) democracia pluralista, especialmente a partir das ideias de Dahl nas obras *Sobre a democracia* (2001) e *Poliarquia: participação e oposição* (2005); (c) democracia deliberativa, com ênfase nas contribuições de Habermas em *Três modelos normativos de democracia* (1995) e *Reflections and Hypotheses on a Further Structural Transformation of the Political Public Sphere* (2022); (d) democracia radical, na linha proposta por Laclau e Mouffe em *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma Política Democrática Radical* (2015).

A discussão sobre as diferentes leituras da democracia requer uma observação inicial: a diferenciação entre a ideia de democracia, os modelos democráticos e as ênfases (Gomes, 2010). A ideia é aquela noção amplamente aceita sobre as condições mínimas para que um governo possa ser considerado democrático; os modelos especificam a forma como essa ideia será colocada em prática; e as ênfases dizem respeito a questões pontuais em relação às quais um governo majoritariamente circunscrito a um modelo específico mobiliza uma tática, estratégia, instituição ou ação comumente relacionada a outro modelo.

Com isso em vista, é possível perceber que, assim como o jornalismo, a democracia também pode ser entendida a partir de um conceito genérico, mais amplo, que se desdobra em modelos específicos, os quais, embora tenham um cerne comum, possuem particularidades que influenciam os espaços reservados ao jornalismo. Em outras palavras, embora a distinção entre o que pode e o que não pode ser considerado uma democracia seja importante, essa noção geral não diz muito sobre a extensão da participação popular nas

decisões políticas e, conseqüentemente, sobre a complexidade das informações referentes aos assuntos públicos necessárias para essa participação.

Embora todos os modelos de democracia analisados incorporem o jornalismo como elemento essencial para seu pleno funcionamento, o grau de relevância, a diversidade e a complexidade das atribuições reservadas a ele variam. Cabe destacar que as atribuições aqui mapeadas não representam todas aquelas que uma análise mais detalhada dos modelos poderia inferir. Pela metodologia aqui adotada, foi possível pontuar as características mais proeminentes ou típicas do modelo em questão, que o diferencia dos demais.

Quadro 3

Comparação entre as atribuições do jornalismo nos modelos de democracia analisados

Modelos	Atribuições reservadas ao jornalismo
Democracia mini- malista	Cobrir crises, especialmente aquelas envolvendo líderes corruptos ou incompetentes; cobrir eleições com relatos detalhados das promessas e plataformas de campanha; atuar como um controle do poder, alertando os cidadãos sobre problemas; as informações devem ser precisas e íntegras (Christians et al., 2009);
	Monitorar, necessariamente, mas não exclusivamente, instituições e elites políticas;
	Reforçar o senso geral de legitimidade do sistema político (Baker, 2004);
Democracia pluralista	Atuar como um cão de guarda ou um alarme antirroubo; centrar-se no registo dos titulares de cargos e nas plataformas dos candidatos e partidos políticos; focar nos atores políticos (Strömbäck, 2005).
	Monitorar a sociedade, especialmente acerca dos temas primordiais ao grupo de interesse; mobilizar membros do grupo; defender seus interesses (Christians et al., 2009);
	Mobilizar internamente, fazer <i>advocacy</i> externa das demandas e necessidades do grupo e recrutamento de apoiadores ou novos integrantes (Baker, 2004);
Democracia pluralista	Colaborar para o estabelecimento de negociações e compromissos justos entre os grupos e desses com o governo. Proteger as instituições da democracia, determinar sua manutenção e facilitar sua criação (Baker, 2004);
	Fornecer aos indivíduos e grupos organizados informações que indiquem quando seus interesses estão em jogo. Conscientizar os formuladores de políticas sobre o conteúdo e a força das demandas populares (Baker, 2004).

Democracia deliberativa	Contribuir para pré-estruturar a esfera pública através da disponibilização de insumos simbólicos com potencial para fomentar processos deliberativos (Maia, 2008); Processar racionalmente o insumo que chega à esfera pública por meio dos canais de informação dos partidos políticos, dos grupos de interesse e agências de relações públicas, dos subsistemas societários, entre outros, bem como das organizações e intelectuais da sociedade civil (Habermas, 2022); Exercer a função de <i>gatekeeper</i>, de modo a sinalizar os temas fundamentais que necessitam de atenção pública e, ao mesmo tempo, mobilizar um público amplo e pressionar os tomadores das decisões políticas (Habermas, 2022); Filtrar as informações tornadas públicas por diferentes agentes, de modo a qualificá-las (Habermas, 2022); Atuar para discussões inclusivas; mobilizar o interesse, o engajamento e a participação dos cidadãos nas discussões públicas; ligar os debatedores uns aos outros; promover discussões caracterizadas pela racionalidade, imparcialidade, honestidade intelectual e igualdade (Strömbäck, 2005); Enquadrar a política como aberta a todos; colaborar para que os cidadãos tenham algum conhecimento básico sobre questões e condições factuais e sobre o funcionamento da sociedade e dos processos políticos (Strömbäck, 2005); Identificar questões de relevância pública ignoradas por parte das instâncias governamentais e pressionar esses organismos estatais a incluírem essas pautas em processos organizados de deliberação; acompanhar os fóruns que então surjam (Ferreira, 2011).
Democracia radical	Atuar como um sensor capaz de identificar os espaços políticos de onde emergem denúncias e reivindicações, especialmente aqueles localizados fora dos espaços convencionais de decisão política; Denunciar qualquer forma de opressão, ameaça à liberdade e desigualdades; Atuar como um espaço de luta para radicalização democrática; Trazêr à luz os conflitos sociais e políticos.

Fica evidenciado que há uma complexificação das demandas direcionadas ao jornalismo com a exigência de uma cidadania mais ativa. Por exemplo, o modelo minimalista é aquele que exige menos participação do cidadão comum nas decisões políticas, pois isso ocorre quase exclusivamente a partir da escolha eleitoral entre as elites políticas. Da mesma forma, o jornalismo, nesse modelo, tem atribuições menos exigentes, cuja ênfase está relacionada ao monitoramento do exercício do poder político e à cobertura das campanhas eleitorais.

Na democracia pluralista, o foco do jornalismo é colaborar para uma competição justa entre os grupos organizados. É por isso que a pluralidade de fontes de informação é tão importante, pois dessa forma os grupos podem possuir diferentes veículos de

comunicação e expor de maneira mais eficiente seus argumentos.

Por outro lado, a democracia deliberativa, que demanda o envolvimento dos cidadãos em discussões públicas, reserva uma gama mais ampla de contribuições que o jornalismo pode (e deve) dar para o funcionamento do modelo. Não basta, portanto, informar as diferentes demandas e propostas, é preciso apontar para formas como os cidadãos podem participar das discussões sobre elas e muni-los com ferramentas para esse exercício. Trata-se de um papel complexo e que demanda um jornalismo profissional e estruturado.

No caso da democracia radical, o jornalismo é pouco mencionado diretamente nos textos que serviram como referência para a caracterização desse modelo. Na interpretação aqui defendida, a complexificação da atuação dos jornalistas, nesse modelo, é tão extensa que exigiria uma reinvenção do jornalismo hegemônico. Dessa forma, destoa de maneira significativa dos demais e, em certa medida, inverte algumas das lógicas tipicamente atribuídas ao jornalismo.

A democracia radical requer que o jornalismo perceba as questões políticas e as relações de opressão em um amplo número de espaços de debate e antagonismo. O político, nesse modelo, não está centrado apenas nas organizações do governo e do Estado, mas distribuído por diversos espaços sociais. Como uma instituição engajada, não se admite que o jornalismo contemporize relações de desigualdade e opressão.

Em relação às implicações das atribuições dos diferentes modelos para o jornalismo, percebe-se que a democracia minimalista e a democracia pluralista não alteram, de maneira significativa, as práticas, rotinas e estruturas de comunicação hegemônicas atuais. No caso da democracia pluralista, há uma banda alargada para atuação do jornalismo, já que o grau de polarização sociopolítica abriria a possibilidade de um jornalismo mais ou menos politizado; mais ou menos vinculado aos interesses de grupos. De maneira geral, os dois modelos de democracia apresentam uma ênfase nas empresas privadas de comunicação. No caso do pluralismo, a preocupação com a diversidade indica a admissão de outros tipos de organizações jornalísticas, como as públicas ou as sem fins lucrativos.

A democracia deliberativa exige algumas mudanças nas práticas hegemônicas do jornalismo, especialmente em relação aos requisitos profissionais de quem atua na área. Por ser entendido como um processo de alta complexidade técnica e organizacional, os conteúdos jornalísticos devem ser produzidos por profissionais

dedicados a essa ocupação e que detenham conhecimentos específicos. Esses transcendem as técnicas de texto e o domínio das linguagens dos diferentes veículos. Há a necessidade de que os jornalistas conheçam os processos políticos, as estruturas governamentais e que consigam identificar quais informações precisam ser tornadas públicas para que uma deliberação qualificada possa ser desencadeada.

O espaço e os grupos a serem monitorados são significativamente mais amplos do que no modelo minimalista e, até mesmo, no pluralista. Isso porque, com a fragmentação das esferas públicas, os debates e as demandas sociais se espalham pela sociedade. Para que seja possível dar voz ao maior número possível dos afetados ou interessados pela decisão política é preciso saber como mapeá-los. Possivelmente, a mudança mais significativa diga respeito à forma de apresentar publicamente a política. De maneira geral, a política tende a ser abordada pelo aspecto adversarial, como uma arena de disputa entre interesses muitas vezes espúrios. No entanto, a democracia deliberativa entende a política como o espaço para se buscar a solução de problemas coletivos.

A democracia radical deixa espaço para um jornalismo militante, questionador do *status quo*, que não acredita na possibilidade da imparcialidade. É um jornalismo difícil de existir a partir de empresas de comunicação tradicionais, por isso mesmo, demanda novas formas de organização do jornalismo, que passa por novas rotinas, novos valores e por uma formação de profissionais altamente críticos. Trata-se de um modelo que espera um rompimento com os princípios e as linguagens do jornalismo hegemônico.

5 Conclusão: um esquema para pensar a legitimidade jornalística

A principal contribuição da pesquisa foi identificar elementos teóricos relevantes para uma análise da legitimidade do jornalismo orientada pelos Estudos do Jornalismo. Para tanto foi necessário, primeiramente, formular uma tipologia ideal de legitimidade jornalística, coerente com a concepção de jornalismo da qual parte o estudo que embasou este artigo.

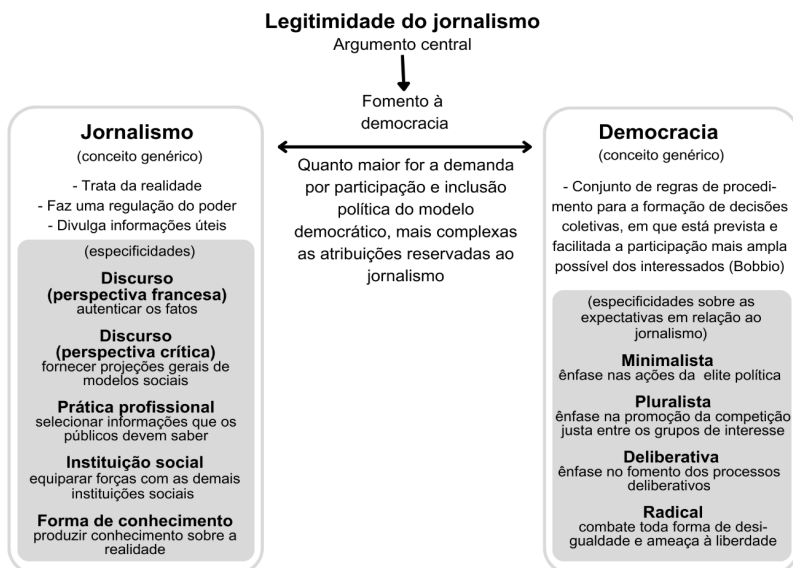
A partir dessa construção, foi possível mapear os elementos compreensíveis que permitiram a identificação de conexões de

sentido entre as ações de defesa e crítica de coberturas jornalísticas e as expectativas democráticas de diferentes agentes sociais, em contextos de ação midiaticizados.

Isso permitiu compreender que, embora a relação entre o jornalismo e a democracia seja central para a legitimação do jornalismo, os argumentos que embasam as pretensões de legitimidade são mais sutis e complexos do que a simples afirmação dessa simbiose. Esses argumentos passam, como demonstrado pelos indícios teóricos e empíricos, pela vinculação de uma série de questões éticas, morais, legais, de procedimentos de apuração e divulgação adotados pelo jornalismo à princípios democráticos também variáveis.

Figura 2

Síntese dos elementos teóricos mapeado



Diante disso, conclui-se que uma explicação teórica do fenômeno atual de questionamento público da legitimidade social do jornalismo brasileiro precisa caracterizar, claramente, de que jornalismo e de que democracia se está falando. Isso porque os conceitos genéricos não dão conta de explicar como práticas cotidianas do jornalismo se vinculam a demandas democráticas específicas.

O mapeamento das atribuições permite avaliar a compatibilidade teórica entre leituras da democracia e do jornalismo e conectar essa discussão a uma compreensão mais ampla sobre as potencialidades e limites do jornalismo enquanto fomentador da democracia. Dessa forma, o mapeamento desses elementos pode ser uma ferramenta para uma avaliação mais assertiva da relação da mídia noticiosa com a democracia, especialmente quando os conceitos genéricos não dão conta da complexidade a ser desvelada pela pesquisa científica. Nesses casos, a afirmação de que o jornalismo fomenta ou prejudica a democracia só faz sentido a partir da definição das especificidades de ambos os conceitos em referência à análise.

Quando a legitimidade social do jornalismo está contra a parede, o caminho teórico e empírico mais seguro para a compreensão do fenômeno é definir de qual jornalismo e de qual democracia os atores sociais e os pesquisadores estão falando.

NOTAS

- 1 Este artigo apresenta parte dos resultados da tese “A legitimidade social do jornalismo: intersecções entre Teorias do Jornalismo e Teorias Democráticas”, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFSC, em 2023, sob a orientação do professor Dr. Carlos Locatelli.

REFERÊNCIAS

Baker, C. E. (2004). *Media, Markets and Democracy*. Cambridge University Press.

Benetti, M. (2008). O jornalismo como gênero discursivo. *Revista Galáxia*, (15), 13–28. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1492>

Benetti, M. (2010). Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In M. Benetti & C. Lago (Eds.), *Metodologia de pesquisa em jornalismo* (3ª ed.) (pp. 107-122). Vozes.

Carlson, M. (2016). Metajournalistic discourse and the meanings of Journalism: definitional control, boundary work, and legitimation. *Communication Theory*, 26(4), 349–368. DOI: 10.1111/comt.12088

Carlson, M. (2017). *Journalistic Authority: Legitimizing News in the*

Digital Era. Columbia University Press.

Carlson, M., Robinson, S., & Lewis, S. C. (2020). Digital Press Criticism: The Symbolic Dimensions of Donald Trump's Assault on U.S. Journalists as the "Enemy of the People". *Digital Journalism*, 0(0), 1–18. DOI: 10.1080/21670811.2020.1836981

Champagne, P. (2005). The "Double Dependency": The Journalism Field Between Politics and Markets. In R. Benson & E. Neveu (Eds.), *Bourdieu and the journalistic field* (pp. 48-63). Polity Press.

Charaudeau, P. (2013). *Discurso das Mídias* (2ª ed.). Contexto.

Christians, C. G., Glasser, T. L., Mcquail, D., Nordenstreng, K., White, R. A. (2009). *Normative theories of the media: Journalism in democratic societies*. University of Illinois Press.

Christofolletti, R. (2019). *A crise do jornalismo tem solução?* (1ª ed.). Estação das Letras e Cores.

Dahl, R. A. (2001). *Sobre a democracia*. Editora da UnB.

Dahl, R. A. (2005). *Poliarquia: Participação e oposição*. Edusp.

Davis, M. (2010). Why Journalism is a Profession? In C. Meyers (Ed.), *Journalism Ethics: A Philosophical Approach* (91–102). Oxford University Press.

Dias, A. B. (2019). Da modernização à autoridade: a grande imprensa brasileira, entre a ditadura e a democracia – Folha de S. Paulo e O Globo, 1964-2014. *Opinião Pública*, 25(3), 472–494. DOI: 10.1590/1807-01912019253472

Fairclough, N. (1995). *Media Discourse*. Edward Arnold.

Fairclough, N. (2001a). *Discurso e mudança social*. Editora Universidade de Brasília.

Fairclough, N. (2001b). A Análise Crítica do Discurso e a Mercantilização do Discurso Público: as Universidades. In C. M. Magalhães (Ed.), *Reflexões sobre a análise crítica do discurso* (pp. 31-81). Faculdade de Letras, UFMG.

Federação Nacional dos Jornalistas. (2021). *Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil - Relatório 2020*. Fenaj. Recuperado de https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf

Ferreira, G. B. (2011). Jornalismo Público e Deliberação: funções e limites do jornalismo nas democracias contemporâneas. *Estudos em Comunicação*, (9), 61-79. Recuperado de www.ec.ubi.pt/ec/09/pdf/EC09-2011Mai-04.pdf

Fonseca, V. P. da S. (2016). Jornalismo, ação racional conforme os fins e os valores. *E-Compós*, 19(1), 1–14. DOI: 10.30962/ec.v19i1.1149

Genro Filho, A. (2012). *O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo* (Vol. 6). Insular.

Gomes, W. (2010). Democracia digital: que democracia? In L. F. Miguel & F. Biroli (Eds.), *Mídia, representação e democracia* (pp. 241-259). HUCITEC.

Guerreiro Neto, G. (2013). *O discurso de legitimação do Jornalismo: A instituição inscrita nos Editoriais* [dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC.

Guerreiro Neto, G. (2015). Institucionalização do jornalismo e movimentos em cenários de crise. *Leituras Do Jornalismo*, 2(4), 32–47. Recuperado de www3.faac.unesp.br/leiturasdojornalismo/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/68

Gurleyen, P., & Hackett, R. A. (2016). Who Needs Objectivity? Journalism in Crisis, Journalism for Crisis. In M. Gasher, C. Brin, C. Crowther, G. King, E. Salamon, & S. Thibault (Eds.), *Journalism in Crisis: Bridging Theory and Practice for Democratic Media Strategies in Canada* (pp. 27-52). University of Toronto Press.

Habermas, J. (1995). Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (36), 39–53. DOI: 10.1590/S0102-64451995000200003

Habermas, J. (2004). *Verdade e justificação: Ensaios filosóficos*. Edições Loyola.

Habermas, J. (2012a). *Teoria do agir comunicativo: Racionalidade da ação e racionalização social* (Vol.1). WMF Martins Fontes.

Habermas, J. (2012b). *Teoria do Agir Comunicativo: Sobre a crítica da razão funcionalista* (Vol. 2). WMF Martins Fontes.

Habermas, J. (2022). Reflections and Hypotheses on a Further Structural Transformation of the Political Public Sphere. *Theory, Culture and Society*, 39(4), 145–171. DOI: 10.1177/02632764221112341

Hanitzsch, T., Van Dalen, A., & Steindl, N. (2018). Caught in the Nexus: A Comparative and Longitudinal Analysis of Public Trust in the Press. *International Journal of Press/Politics*, 23(1), 3–23. DOI: 10.1177/1940161217740695

Laclau, E., & Mouffe, C. (2015). *Hegemonia e Estratégia Socialista: Por uma política democrática radical*. Intermeios.

Lischka, J. A. (2019). A badge of honor? How The New York Times

discredits President Trump's fake news accusations. *Journalism Studies*, 20(2), 287–304. DOI: 10.1080/1461670X.2017.1375385

Lowrey, W. (2018). Journalism as Institution. In T. P. Vos (Ed.), *Journalism* (pp. 125–148). De Gruyter. DOI: 10.1515/9781501500084-007

Maia, R. C. M. (2008). (Ed.) *Mídia e Deliberação*. Editora FGV.

Meditsch, E. (1992). *O conhecimento do jornalismo*. Ed. da UFSC.

Meditsch, E. (1998). Jornalismo como forma de conhecimento. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências Da Comunicação*, 21(1), 25–38. Recuperado de <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/956>

Mick, J. (2019). Profissionalismo e confiança: o curioso caso do país que acredita mais nos jornalistas do que na mídia. *Política & Sociedade*, 18(43), 242–260. DOI: 10.5007/2175-7984.2019v18n43p242

Nadler, A., & Vavrus, M. (2015). Critical Voices in the Future of News Debates. *The Communication Review*, 18(2), 71–81. DOI: 10.1080/10714421.2015.1031993

Newman, N., Fletcher, R., Eddy, K., Robertson, C. T., & Nielsen, R. K. (Eds.). (2023). *Reuters Institute Digital News Report 2023*. Reuters Institute for the Study of Journalism. DOI: 10.60625/risj-p6es-hb13

Newman, N., Levy, D. A. L., & Nielsen, R. K. (2015). *Reuters Institute Digital News Report 2015 - Tracking the future of news*. Reuters Institute for the Study of Journalism. Recuperado de https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/research/files/Reuters%2520Institute%2520Digital%2520News%2520Report%25202015_Full%2520Report.pdf

Orlandi, E. P. (2015). *Análise de discurso: Princípios e procedimentos* (12ª ed.). Pontes.

Pontes, F. S. (2015). *Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo*. Insular.

Pontes, F. S., & Pismel, M. L. (2018). A crise de legitimidade dos jornalistas e a economia política: autonomia e heteronomia como chaves explicativas do jornalismo contemporâneo. *Comunicação & Sociedade*, 40(1), 367–392. Recuperado de <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/CSO/article/view/7630/6244>

Schudson, M. (2010). *Descobrimos a notícia: Uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Vozes.

Schumpeter, J. A. (2017). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Unesp Digital.

Strömbäck, J. (2005). In Search of a Standard: four models of

democracy and their normative implications for journalism. *Journalism Studies*, 6(3), 331–345. Recuperado de www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14616700500131950

Tong, J. (2018). Journalistic Legitimacy Revisited: collapse or revival in the digital age? *Digital Journalism*, 6(2), 256-273. DOI: 10.1080/21670811.2017.1360785

Van Dijk, T. A. (1990). *La noticia como discurso: Comprensión, estructura y producción de la información*. Ediciones Paidós.

Waisbord, S. (2013). *Reinventing professionalism: Journalism and news in a global perspective*. Polity Press.

Weber, M. (1991). *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva* (Vol. 1). Editora Universidade de Brasília.

Weber, M. (1992). *Metodologia das Ciências Sociais. Parte 2*. (2ª ed.). Unicamp.

Witschge, T., & Harbers, F. (2018). Journalism as Practice. In T. P. Vos (Ed.), *Journalism* (pp. 105–124). De Gruyter. DOI: 10.1515/9781501500084-006

MARCIONIZE ELIS BAVARESCO. Doutora e mestra em Jornalismo pelo Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFSC. Tem como temáticas centrais de suas pesquisas as teorias do jornalismo, jornalismo e democracia, legitimação e deslegitimação do jornalismo, jornalismo e meio ambiente. Integra o grupo de pesquisa Jornalismo, Cultura e Sociedade (CNPq). Atualmente é analista de comunicação no Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina. E-mail: marcionize@hotmail.com.

FINANCIAMENTO: a autora registra o agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) pela bolsa de estudo concedida durante o período de dedicação exclusiva à pesquisa (código de financiamento 001).